

LEXICOGRAFIA DISCURSIVA

Eni Pulcinelli ORLANDI¹

- **RESUMO:** Pela reflexão que toma o dicionário como discurso, trabalhamos a chamada “lexicografia discursiva” concentrando nossa atenção nas relações intertextuais e interdiscursivas na produção do efeito da completude. Consideramos assim não a função, mas o funcionamento do dicionário na relação do sujeito com a língua, incluindo sua relação com a memória discursiva. Compreender como o dicionário funciona é compreender como são praticadas as políticas da língua, especialmente a língua nacional em sua necessidade de unidade.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Lexicografia discursiva; intertexto; interdiscurso; dicionário; escola.

Introdução

A lexicografia discursiva² vê, nos dicionários, discursos. Desse modo, na escuta própria à análise do discurso, podemos ler os dicionários como textos produzidos em certas condições, tendo o seu processo de produção vinculado a uma determinada rede de memória ante a língua.

1 Departamento de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem – Laboratório de Estudos Urbanos/Nudecri – Unicamp – SP – Brasil.

2 Devo me referir aqui a Francine Mazière, em sua vasta produção sobre dicionário, que inaugurou, assim, a observação do dicionário como discurso. No Brasil, temos a tese de doutorado de José Horta Nunes que é o primeiro trabalho sistemático nessa linha de pesquisa lexicográfica.

No presente caso, tomaremos as relações intertextuais e discursivas como indicadores desse modo sócio-histórico de conceber a relação com a língua no dicionário.

Há um processo pelo qual o dicionário, ao representar a língua, a provê de uma realidade. O efeito que nos interessa compreender nesse processo discursivo que se desenvolve na constituição do dicionário é o da completude, ou seja, o efeito da completude da representação da língua no dicionário. Em outras palavras, consideramos que o dicionário assegura, em nosso imaginário, a unidade da língua e sua representabilidade: supõe-se que o dicionário contenha (todas) as palavras da língua.

Como ele representa essa completude em relação aos sentidos? a. pela remissão de um verbete e outros verbetes em um circuito fechado, e pela menção a autores da língua, sob o modo de exemplos; e b. pela maneira como fazem intervir a memória discursiva. Em "a", temos a intertextualidade e, em "b", o trabalho do interdiscurso, como mostraremos mais adiante.

Quando pensamos o dicionário em sua relação com essa representação da língua, estamos menos interessados em seu autor – específico e ligado a uma filiação teórica particular – e mais no fato de que esse instrumento lingüístico é lugar de construção de memória social, em que se marca a relação da ciência com o Estado. Se, de um lado, deixamos de reverenciar o dicionário (e a gramática) como monumento à língua para vê-lo como instrumento lingüístico, produzido na história, em um certo momento; de outro, em nossa perspectiva, ao perder seu caráter monumental para ser objeto tangível de nossa relação com a língua na história, ele se apresenta como vestígio de nossa memória histórico-social. A posição sujeito-autor de dicionário corresponde aqui não a um sujeito-autor empírico, mas a uma forma de relação do saber metalingüístico de uma sociedade com a história.³ É assim que a pesquisa lexicográfica, como a pensamos, põe em contato a língua, a ciência, a sociedade e a história. O dicionário adquire aqui o sentido de uma tecnologia própria à configuração de relações sociais específicas e entre seus sujeitos, na história. Ele é, desse modo, constitutivo na formação social.

Tomando, em nossa observação, a pontuação como fato lingüístico, vamos analisar alguns materiais para mostrar o funcionamento, no dicio-

3 De acordo com nossas reflexões, podemos dizer que o dicionário, na figura de seu autor, individualiza o saber sobre a língua de uma sociedade na história. É assim um excelente instrumento do Estado.

nário, além do intertexto, do interdiscurso como parte da construção desse efeito de completude que mencionamos anteriormente e da ilusão que ele ratifica para o “usuário” da língua de que ela é acessível em seu todo, ou, pelo menos, representável como tal, fazendo assim parte da sua realidade.

Instrumentos lingüísticos: considerações prévias

A noção de instrumento lingüístico referindo a dicionário e gramáticas é formulada por Auroux (1992). Esse autor considera esses instrumentos lingüísticos como produtos de processo de gramatização, esta sendo compreendida como “o processo que conduz a descrever uma língua na base de duas tecnologias ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário”. Em nosso trabalho – e aqui refiro ao trabalho de toda uma equipe brasileira que desenvolve um programa de pesquisas conjuntamente com os colegas franceses (cf. Auroux et al., 1998), entre outros – temos procurado mostrar como se dá o processo de gramatização brasileira. Neste trabalho serão explorados, sobretudo, alguns aspectos técnico-discursivos desse processo.

Gostaríamos de aqui acentuar que a contribuição que vemos nessas novas formas de estudos de instrumentos lingüísticos é a de tornar possível mais um modo de acesso às maneiras como se constrói o imaginário da língua para aquele que a fala. Esse imaginário vai, em geral, representar a língua como um instrumento domesticável, representando, por sua vez, o controle que o sujeito teria de sua relação com a língua. Com a produção do saber metalingüístico se cria a ilusão de que se pode, com ele, dominar a língua. O dicionário e a gramática são dois bons instrumentos para isso. Ora, saber como isso funciona pode justamente nos permitir deslocar esse imaginário em seus efeitos, mostrando esses instrumentos como produzidos dentro de uma certa história de relação com a língua em suas práticas e com distintos modos de produção de diferentes formas de conhecimento sobre ela. Podemos, assim, compreender o dicionário como parte de nossa relação com a língua, valorizando seu conhecimento histórico e não apenas em sua função normatizadora. Por outro lado, e não menos importante, podemos também compreender o funcionamento da ideologia, pois ao tomar o dicionário como discurso, podemos ver como se projeta nele uma representação concreta da língua, em que encontramos indícios do modo como os sujeitos – como se-

res histórico-sociais, afetados pelo simbólico e pelo político sob o modo do funcionamento da ideologia – produzem linguagem.

O tema: palavras que ameaçam

Para situarmos o assunto de nossa análise, partiremos de uma reflexão que apresentamos na ANPOLL (1998), cujo título é “Ética e significação”, e de um texto, “Os silêncios da memória” (1999), em que tratamos da discursividade afetada pelo acontecimento discursivo de Maio/68, no Brasil, submetido à censura, no período da ditadura militar. Consideramos, na análise feita, que há processos de de-significação, isto é, sentidos que deixam de significar, sendo silenciados em nossa memória. Em conseqüência, há toda uma nossa história que não corresponde a um dizer possível, pois estes não foram trabalhados socialmente, de modo a que pudéssemos nos significar. Considero, então, que isso que fica fora da memória nos aprisiona, como uma margem, nos limites desses sentidos.

Na análise que fiz então, tomei a palavra “liberdade” como centro de processos de significação da conjuntura sociopolítica e cultural da década de 1960. Nesse processo, a explosividade de reivindicação de liberdades concretas não é suportada e produz-se um bloqueio desses sentidos, tanto pela força bruta como pela força política, tornando esses sentidos nostálgicos ou romantizados. Nesse lugar em que os discursos de Maio/68 encontram seus limites, constituem-se os germens do discurso neoliberal. A palavra *liberdade* não se tingem da ameaça dos sentidos de liberdades sociais mais corrosivas que se convertem em liberdades individuais, que tomam a cor empresarial, de livre competição (liberdades democráticas?), na base do projeto de globalização. A censura, eficaz nos anos 60, faz parte crucial desses processos de significação. Na época, no Brasil, os que lutavam por essas liberdades concretas eram nomeados, pelo poder militar e pelos órgãos de repressão, no início, como *subversivos*; depois, como *guerrilheiros*; e, finalmente, como *terroristas*. Como afirmo no artigo já citado, vi muitos de meus colegas e também muitos de meus alunos assim nomeados. O que isso significou, o que isso significava? Como isso produziu gestos de interpretação? Que gestos? Onde eles estão disponíveis?

Partindo do que se pode compreender nessa reflexão sobre a censura, tomei como *corpus* para a análise do dicionário alguns verbetes que

se relacionam diretamente com esses processos. Analiso assim os verbetes: *terror*, *terrorismo*, *terrorista*, *subversão*, *subversivo* e *subverter*. Para a análise, tomei três dicionários: o de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (por ser o mais usado e atual), o de Michaelis (que se diz politicamente correto) e uma edição do de Laudelino Freire (por ter sido feito antes dos anos 60).

Além de considerar a questão do intertexto e da interdiscursividade como indicadores de processos de dicionarização relevantes para nossos objetivos analíticos, concentrei minha atenção, como já afirmei, no fenômeno da “pontuação” como sintomática do ponto de vista das marcas lingüísticas (Orlandi, 1999b).

Dispositivos teóricos

Na “fórmula” do dicionário já vem sua ideologia; em outras palavras, ele se organiza ideologicamente de uma determinada maneira. Há uma estrutura geral: indicação da categoria, da pronúncia, da escrita e dos sentidos, em geral organizados com base em um principal, que seria o literal e suas variações. Se essa é a estrutura geral, o conhecimento lingüístico particular a cada valor vem embutido nessa forma geral, particularizando-a. Por exemplo, com base nas contribuições da sociolingüística, há dicionários que incorporam indicações de usos de variações, de usos regionais, de mudanças de usos etc. Mas se há incorporação de alguns avanços feitos na lingüística, no entanto há algo que interessa sobremaneira ao discurso e que não entra em consideração: não se olha o dicionário a partir de como os sentidos das palavras estão em processo, ou de como elas se distribuem, significando diferentemente, de acordo com as diferentes formações discursivas, que correspondem a diferentes posições do sujeito ante a ideologia. Ou seja, o dicionário silencia sobre o fato de que não há palavra, não há sentido, sem ideologia, já que, segundo a análise de discurso, fala-se a mesma língua, mas fala-se diferente. Essa diferença não aparece, justamente porque o efeito ideológico do dicionário apaga a ideologia, como procuraremos mostrar ao longo deste trabalho.

Nesse ponto, o saber a língua e o saber sobre a língua caminham juntos com seus processos ideológicos. No século XIX, o autor de dicionários e as gramáticas legitimam a língua brasileira, tal “como se fala no Brasil e não como se escreve em Portugal” (Macedo Soares, 1888).

A posição sujeito-autor de dicionário ou gramática é, em qualquer tempo, a representação do sujeito-autor da língua. Se o dicionário representa a língua, os usuários se identificam com o efeito ideológico aí produzido: a língua aparece como “nossa” língua, a língua “comum”, dos “brasileiros” etc. A representação fiel do dicionário nos dá uma língua (imaginária) homogênea, perfeita, completa, sem falhas. Do mesmo modo, o dicionário parece não ter ideologia, sendo “neutro”, ou melhor, tendo a neutralidade (universalidade) da língua. Como não tem marcas ideológicas, sua ideologia é justamente não se marcar ideologicamente. Só um trabalho discursivo pode-nos situar ideologicamente em relação aos efeitos do dicionário, observando em sua constituição o que chamamos as formas materiais, indícios dos processos discursivos, lingüístico-históricos.

Se, no século XIX, o dicionário produzido no Brasil legitima uma língua diferente da de Portugal, com sua escrita, capaz de institucionalizar-se e definir cidadania, no século XX ele perde esse caráter. A produção dos instrumentos lingüísticos, uma vez que o Estado já está bem estabelecido em sua materialidade, tem mais o sentido da legitimidade científica do que da nacionalidade. Se, na época colonial, o dicionário é uma discursividade de construção de uma realidade brasileira, atualmente, com essa realidade já nomeada e com os brasileiros sabendo sua língua – os instrumentos lingüísticos, a escolarização, a literatura etc. estão aí para atestá-lo –, o uso do dicionário se faz sobre o efeito de pré-construído, como um “lembrete” de uma realidade já estabelecida e certa, um lugar em que “se sabem” as palavras de nossa língua.

No período colonial, há, como já pudemos observar (Orlandi, 1992), predomínio da *narração*; a partir do século XVIII e ao longo do XIX, em que já nos instalamos como Império e como República, a forma material que predomina é a da *descrição*. Ideologicamente, podemos vincular, nessa história, a narração à necessidade de acentuar-se a relação referencial, configurando uma realidade brasileira no mundo ocidental, enquanto a descrição se liga mais a procedimentos científicos, à construção de taxonomias, colocando a realidade na perspectiva da relação do saber com o Estado. Marca de decidida cientificidade e de objetividade de uma realidade já nomeada.

Se, no tempo da colonização, o dicionário e a gramática compõem as tecnologias da catequese, são produzidos pelos colonizadores (exogramatização), no século XIX, com a independência, com a laicização da relação com a língua, essas tecnologias agora produzidas em um processo de endogramatização (dicionários e gramáticas são produzidas para

brasileiros e por brasileiros) estabelecem os limites de um país com seu Estado, uma nação com suas instituições, uma sociedade com suas formas de relação. Com esses instrumentos, produzidos do lado de cá do Atlântico, os brasileiros não precisam se pensar a partir do português de Portugal, nem precisam estudar em Lisboa e Coimbra. Eles podem-se pensar no Brasil, em suas escolas e com instrumentos lingüísticos, manuais e programas de ensino próprios. Mais recentemente, no século XX, esses são instrumentos que constituem tecnologias de uma sociedade cientificamente significada. No entanto, podemos sempre ver neles os vestígios da presença da ideologia. Eles fizeram e fazem parte da constituição de nossa identidade: um povo com suas instituições, entre elas as instituições lingüísticas, que nos provêem de uma língua com sua unidade e universalidade (nacional). Como dissemos, eles dão realidade à nossa inscrição na língua nacional.

Trazendo essa reflexão para a atualidade, vamos procurar compreender o funcionamento do dicionário em uma sociedade como a nossa, pensando como os fatos, aqui, fazem sentido.

Veremos, em seguida, como fica uma pequena análise (caberia muito mais do que apresentaremos nessa nossa participação) de um material de linguagem extraído dos três dicionários já mencionados, em que podemos observar os efeitos da discursividade que ficou conhecida como a de Maio/68, de que mencionamos, anteriormente, algumas características.

Corpus

Aurélio

Subversão [Do lat. *subversione*]. *S. f.* 1. Ato ou efeito de subverter (-se). 2. Insubordinação às leis ou às autoridades constituídas; revolta contra elas. 3. Destruição, transformação da ordem política, social e econômica estabelecida; revolução.

Subversivo [Do lat. *subversu*, part. pass. de *subvertere*, 'subverter' + *ivo*] *Adj. e s.m.* 1. *V. subversor*. 2. Que ou aquele que pretende destruir ou transformar a ordem política, social e econômica estabelecida; revolucionário.

Subverter [Do lat. *subvertere*] *Vt.d.* 1. Voltar de baixo para cima; revolver. 2. Destruir, aniquilar (o que está assente); arruinar, derubar: *A grande enchente subverteu a vila; Procurou subverter a ordem; "A lei de Rio Branco vem subverter os princípios estabe-*

lecidos pelos grandes juristas, quando sentenciavam que o escravo não gera senão para a escravidão." (Xavier Marques, *As voltas da estrada*, p.125-6). 3. Perturbar completamente; transtornar; desordenar: *O inverno russo subverteu os planos de Napoleão e de Hitler*; "Debalde tentou destacar uma idéia desse caos e refletir sobre o acontecimento, que lhe subvertera a existência." (José de Alencar, *O sertanejo*, p.154). 4. Perverter, corromper: subverter os costumes. 5. Agitar, sublevar, revolucionar. 6. Fazer soçobrar; submergir, afundar: *A tempestade subverteu a embarcação*. V.p. 7. Afundar-se nas águas; submergir-se. 8. Sofrer destruição; arruinar-se, aniquilar-se.

Terror (ô) [Do lat. *terrore*] S.m. 1. Qualidade de terrível. 2. Estado de grande pavor ou apreensão. 3. Grande medo ou susto; pavor. 4. Época da Revolução Francesa, da queda dos girondinos (31 de maio de 1793) até a queda de Robespierre (27 de julho de 1794) ... 5. Pessoa ou coisa que espanta, amedronta, aterroriza: *Aquele delegado é um terror*; *O latim é o terror de muitos estudantes*. [Pl. *terrores* (ô). Cf. *terrores*, do v. *terrorar*.] # **Terror branco**. Os excessos perpetrados pelos realistas no S. da França durante os primeiros anos da Restauração.

Terrorismo [De *terror* + *-ismo*.] S.m. 1. Modo de coagir, ameaçar ou influenciar outras pessoas ou de impor-lhes a vontade pelo uso sistemático do terror. 2. Forma de ação política que combate o poder estabelecido mediante o emprego da violência.

Terrorista [De *terror* + *-ista*] Adj. 2g. 1. Relativo ao, ou que tem caráter de terrorismo: *métodos terroristas*. 2. Que é partidário do terrorismo. # S. 2g. 3. Partidário do terrorismo. 4. P. ext. Pessimista.

Laudelino Freire

Subversivo, adj. do lat. *subversus*. Que subverte; que pode subverter; revolucionário.

Subverter, v. r. v. do lat. *subvertere*. Destruir (o que está assente), arruinar, derrubar (tr. dir.) // 2. Sofrer destruição; arruinar-se (pr.): "daqui a quarenta dias se há-de *subverter* Ninive" (Vieira). "Chegado o último dia, retirou-se Jonas a um monte, para ver como Ninive se *subvertia*" (id.) // 3. Perturbar completamente; transtornar, desordenar (tr. dir.): "A fatal experiência ia *subvertendo* o império" (J. F. Lisboa). "esta gente não descansa enquanto não *subverter* tudo" (Rebêlo da Silva). "Que idéia é a de S. Alteza? Até aqui afeiçoado ao seu povo, agora *subverte* o Estado tão va-

riamente!" (Filinto Elísio). "Só uma cousa não, porque me *subverteu* para sempre o futuro!" (Herculano). //4. Afundar-se nas águas; submergir-se (pr.; pr., com prep. *em*): "Istantaneamente, com uma surda explosão, toda a cidade maravilhosa e os seres que a animavam *subverteram-se*" (C. Neto). "Se Deus não acudira com um milagre, o profeta *se subvertera* no mar" (Vieira). //5. Fazer sossobrar; submergir, afundar (tr. dir.): "O mar se empola, e em fúria ardendo se arroja aos altos cimos cruzados vagalhões, qual se tentara *subvertê-los*" (Gonçalves Dias). //6. Arrastar ou levar, ao afundar-se (bitr., com prep. *em*): "Ó Sr. Romão Pires, diga-me: o demônio ... terá poder de *subverter* consigo no inferno corpo e alma uma criatura batizada e remida nas santas águas?" (Rebêlo Silva). //7. Perverter (tr. dir.; pr.): "*Subverter* os usos e costumes. *Subverteu-se* a justiça".

Subversão, s. f. lat. *subversio*, *subversionem*. 1. Ato ou efeito de subverter. //2. Ato ou efeito de destruir ou perturbar; revolta, insubordinação.

Terror, s.m. lat. *terror*. Qualidade do que é terrível. //2. Ameaça que causa grande pavor. //3. Pavor, susto, medo. //4. Perigo, dificuldade extrema. //5. Objeto de espanto. //6. Nome por que se designa o período da Revolução Francesa compreendido entre 31 de maio de 1793 e 27 de julho de 1794.

Terrorismo, s.m. de *terror* + *ismo*. Sistema de governar por meio do terror ou de revoluções violentas.

Terrorista, adj. e s.m. De *terror* + *ista*. Homem partidário do terrorismo. //2. Aquele que infunde terror. //3. Aquele que espalha boatos assustadores ou que prediz acontecimentos funestos.

Michaelis

Subversão *sf* (lat *subversio*) 1 Ato ou efeito de subverter ou subverter-se. 2 Ato ou efeito de destruir ou perturbar; insubordinação, revolta contra a autoridade ou contra as instituições. 3 Perversão moral.

Subversivo *adj* (lat *subversu* + *ivo*) Que subverte; que é próprio para subverter; revolucionário.

Subverter (lat *subvertere*) *vtd* 1 Revolver de baixo para cima; arruinar, derribar, desordenar, perturbar, transtornar: "...tempestade medonha, que parecia subverter a terra" (Ramalho Ortigão, *ap* Moraes). *vpr* 2 Sofrer destruição; arruinar-se: *Sodoma e Gomorra subverteram-se*. *vpr* 3 Afundar-se nas águas; submergir-se: *Sub-*

verteu-se o navio. vtd 4 Fazer soçobrar, afundar. *Os submarinos subverteram muitos navios. vtd* 5 Arrastar ou levar, ao afundar-se: *Que o demo o subverta consigo no inferno. vtd* 6. Aliciar para idéias ou atos subversivos; revolucionar: *Subverter os operários. vtd e vpr* 7. Perverter(-se): *Subverter costumes, os hábitos, os usos. Subverter-se a justiça. vpr* 8 Desaparecer, sumir-se: "Mal que ele reparou na Chiquinha, subverteu-se, e a morena entrou na Igreja sozinha" (Valdomiro Silveira).

Terror *sm* (*lat* *terrore*) 1 Qualidade de terrível. 2 Grave perturbação trazida por perigo imediato, real ou não; medo, pavor. 3 Ameaça que causa grande pavor. 4 Objeto de espanto. 5 Perigo, dificuldade extrema. 6 Período da Revolução Francesa, compreendido entre 31 de maio de 1793 e 27 de julho de 1794, em que se cometeram muitos morticínios e se efetuaram muitas prisões. 7 Regime político de arbitrariedades, perseguições e supressão das liberdades individuais. *T. branco*: designação dada aos excessos cometidos pelos realistas no Sul da França durante os primeiros anos da restauração. *T. pânico*: a) terror ou susto repentino que os antigos diziam ser causado pelo deus Pã; b) medo súbito e sem fundamento.

Terrorismo *sm* (*terror + ismo*) 1 Sistema governamental que impõe, por meio de terror, os processos administrativos sem respeito aos direitos e às regalias dos cidadãos. 2 Ato de violência contra um indivíduo ou uma comunidade.

Terrorista *adj m+f* (*terror + ista*) 1 Que infunde terror. 2 Que espalha boatos assustadores ou prediz acontecimentos funestos. *s m+f* Pessoa partidária do terrorismo.

Em uma análise discursiva, todo indicio de forma material significa. Desde sinais diacríticos, pontuação, aspas, itálico, ordem, parêntese etc., até faltas, silenciamentos ou marcas linguísticas mais ortodoxas.

Análise

Podemos iniciar nossas observações pela referência ao fato de que em *Laudelino* "terrorista" é "homem partidário do terrorismo", "aquele que infunde terror" etc.; em *Aurélio*, embora não haja referência a "homem", ao "dizer que é partidário", define terrorista pelo gênero mascu-

lino. Já em *Michaelis*, que é um dicionário que se pretende politicamente correto, a palavra “homem” tem sua perífrase em “pessoa”, aparecendo em seguida a definição gramatical (adj m+f, s m+f), em que não se separam masculino e feminino. Este dicionário inclui assim a mulher. Ainda nesse verbete, “terrorista”, há que se notar que *Laudelino* é menos marcado por um fato político particular, o que é bastante diferente se tomarmos o *Aurélio* como ponto de referência. Expli-co-me. Em todos eles, “terrorista” é definido em relação a “terrorismo”. Em *Laudelino*, terrorismo é “sistema de governar por meio de terror ou de revoluções violentas”. Já em *Aurélio*, muito mais marcado por Maio de 68 e o discurso neoliberal que toma seu lugar, terrorismo é “modo de coagir, ameaçar ou influenciar outras pessoas [não é *sistema*, não é *regime*] ou de impor-lhes a *vontade* [portanto, não é político; grifo meu] pelo uso sistemático do terror”. E quando é político, é “forma de ação política que combate o poder estabelecido mediante o emprego da violência”. Já está aí presente a posição que coloca o terrorista na rede de filiações da violência, seja contra o outro, seja contra o poder constituído. E se vamos até “subversão”, podemos ver aí, com todas as letras, a presença de um momento crucial dessa história.

Não esqueçamos que *Laudelino* é autor anterior a 1968. Nele lemos: subversão: “Ato ou efeito de subverter ... ato ou efeito de destruir ou perturbar; revolta, insubordinação”.

Já em *Aurélio*, subversão, além de ser ato ou efeito de subverter, não é meramente insubordinação, é “insubordinação às leis ou às autoridades constituídas; revolta contra elas” e, em continuação, é “destruição, transformação da ordem política, social e econômica estabelecida [não há como não temer o Deops...⁴]; revolução”. Saindo da paráfrase de Maio/68, mas não longe dela, e acrescentando uma pitada de moralismo, *Michaelis* dirá que subversão é “ato ou efeito de destruir ou perturbar; insubordinação, revolta contra a autoridade ou contra as instituições” (eis o traço do politicamente correto), e, acrescenta, “perversão moral”.

A questão da revolução começa a aparecer e podemos ver, por essas remissões de uma palavra à outra, que seu sentido já vem também definido nessa conjuntura político-significativa. Em *Laudelino*, temos para subversivo: “que subverte, que *pode* subverter; revolucionário” [grifo meu]. Observe-se o verbo “poder” aí mostrando uma possibilidade. Já em *Aurélio*, temos para subversivo: “que ou aquele que *pretende* [grifo

4 Sigla do Departamento de Ordem Política e Social, órgão repressor por excelência da ditadura instalada no Brasil em 1964.

meu] destruir ou transformar a ordem política, social e econômica estabelecida [o retorno do sintagma cristalizado que tem sua sigla no Deops]; revolucionário". Vale a pena ver a introdução do verbo "pretender", na definição, que é uma atribuição de vontade, de intenções. Isso vai além do político, ou da categoria da possibilidade, como está em *Laudelino*.

O sentido de "revolucionário" – que segue após ponto-e-vírgula [;] de que falaremos mais adiante – fica claramente vinculado ao que está dito sobre a intenção de destruir a ordem social, acentuando assim a disposição destrutiva da ação que deveria ser política.

Se tomamos *Michaelis*, ele se apresenta quase como uma cópia de *Laudelino*. Quase, porque acrescenta um "próprio" que também foge ao político e coloca a ação como parte de uma essência... Não é mais um sujeito que *pode* subverter (como em *Laudelino*), mas que é *próprio* para tal finalidade.

Todas essas minhas observações vão na direção de que há um fato, um acontecimento discursivo em Maio/68, que atinge o discurso político e que produz seus efeitos ideológicos, disponibilizando modos de dizer e sentidos que vão estar presentes na dicionarização.

Por esses efeitos, os sentidos de "revolução" começam a ser silenciados de um lado (o da esquerda) para serem apropriados de outro (a direita) e começa a se produzir uma especialização de sentidos – pelos efeitos do moralismo e do apagamento do político, com a conseqüente acentuação do caráter individualista da ação social e política – que vai pesar enormemente sobre o que se significa por "terrorismo", "terrorista" concentrando-se no que é definido como "terror", como veremos mais adiante.

Deixamos propositadamente "terror" e "subverter" para o final destes comentários analíticos, pois são essas palavras que se carregam de exemplos. E, como dissemos em outra parte deste trabalho, os exemplos estruturam discursivamente o dicionário em relação à maneira como se presentifica a língua nesse seu espaço fechado. São também os exemplos que, pela citação e pelos autores, dão realidade ao uso das palavras em questão em relação a uma sua legitimidade. São usos legítimos os que estão dicionarizados como exemplos.

Mais do que isso, para nós, os exemplos simulam o fato de que estão aí contemplados os vários sentidos, nos distintos usos. Ora, para nós, analistas do discurso, o que está aí apagada é justamente a política do dizer, ou seja, a textualização do político, como diria Courtine (1982) ou, como tenho procurado mostrar, a simbolização das relações de poder, de tal modo que se fala a mesma língua, mas se fala diferente. Em outras palavras, ideologicamente, há um jogo sobre as transformações

discursivas que faz que, não se as reconhecendo em suas diversidades, ficam silenciados sentidos, ou melhor, as diferenças (ideológicas) de sentidos, as relações de força aí trabalhadas, como se a linguagem fosse neutra, como se os sentidos estivessem alocados nas palavras, visíveis empiricamente em seus usos nas frases. Além disso, e nessa mesma direção, colocam-se autores de épocas diversas, e de valor de autoria discrepante, como se se pudesse colocar tudo no mesmo lugar, como se tudo significasse da mesma maneira. Mais um argumento a favor da neutralidade e da objetividade do sistema lingüístico, completo e fechado no espaço do dicionário. Sem mencionar os clichês, o retorno de frases com forte ressonância no nosso imaginário de língua e literatura. O espaço do mesmo, do quase neutro, do completo.

De pronto, podemos observar, em relação a “terror”, que as paráfrases encontradas nos três dicionários apresentam pequenos deslocamentos. No *Aurélio*, a referência à época da Revolução Francesa se reduz aos limites das datas (de 31 de maio de 1793 a 27 de julho de 1794) ligadas aos acontecimentos (queda dos girondinos e queda de Robespierre); em *Laudelino*, a referência à Revolução Francesa é mais seca, colocando apenas as datas; em *Michaelis*, não só se descrevem os atos desse período (“em que se cometeram muitos morticínios e se efetuaram muitas prisões”) como se acrescenta um item específico (o 7) para se definir o terror, em geral, como “Regime político de arbitrariedades, perseguições e supressão das liberdades individuais” que leva a pensar o terror como “regime político”. Abre uma, digamos, dupla mão de sentidos, do governo para os cidadãos e não só desses para aquele, como supõe a definição de *Aurélio* para “terrorismo”: “forma de ação política que combate o poder estabelecido mediante o emprego da violência”. Ainda no *Michaelis*, e nessa mesma direção que ele já aponta em “terror”, a palavra “terrorismo” aparece com duas acepções: uma para “sistema governamental que impõe, por meio de terror, os processos administrativos sem respeito aos direitos e às regalias dos cidadãos” e outra para “ato de violência contra um indivíduo ou uma comunidade”, onde o agente não está determinado. Resta observar que, em *Michaelis*, enquanto dicionário politicamente correto, portanto marcado pela modernidade e pelo liberalismo (?), há referência quanto a “terror” ao mal psíquico, “pânico”, “medo súbito e sem fundamento”. O que é um acréscimo em relação aos outros. Sinal dos tempos... No entanto, não nos enganemos, esse politicamente correto não deixa de dividir sentidos, privilegiar usos etc.

Para a palavra “subverter” é o mesmo processo que vemos se desenharem. Nesse caso, podemos explorar, além do que já foi dito para “terror”, a *ordem* em que aparecem os exemplos, as definições, como pertinentes aos efeitos de sentidos que acabam por produzir.

Pelo encadeamento, o que vem antes é “sentido”, como comondo o sentido do que vem depois. Exemplo: em *Aurélio*, “perverter, corromper: subverter os costumes” antecede imediatamente “agitar, sublevar, revolucionar”. Ou quando se misturam qualidades políticas e psicológicas: “terrorista: partidário do terrorismo” que é seguido imediatamente de “p. ext. pessimista”. Isso vai criando relações de sentido, amálgamas, associações enormemente produtivas do ponto de vista ideológico. Significa-se por “impressões”. E no *Michaelis*, politicamente correto, encontramos uma seqüência modelar, para subverter: “5 Arrastar ou levar, ao afundar-se: *Que o demo o subverta consigo no inferno. vtd* 6 Aliciar para idéias ou atos subversivos; revolucionar: *Subverter os operários. vtd e vpr* 7 Perverter(se): *Subverter costumes, os hábitos, os usos. Subverter-se a justiça*”. Onde se seguem afundar, revolucionar e perverter. Aí, o politicamente correto mostra sua posição no politicamente significado. O que fica ainda mais acentuado se observarmos os exemplos: demo, inferno, operários, submeter-se a justiça.

Podéríamos explorar indefinidamente as relações de sentido estabelecidas pelo jogo intertextual, seja interno (remissão de um item a outro, de uma entrada a outra, ou mesmo de um verbete a outro), seja externo, pela citação de textos exemplares, efeitos de memória.

Passemos, então, a algumas rápidas observações no que se refere à questão do interdiscurso (memória, saber discursivo) em que o dicionário funciona pelas filiações não ditas, mas de algum modo funcionando como ele se estrutura. Para isso tomaremos a pontuação.

No presente caso, limitaremos a observação ao ponto e vírgula [;]. Já em *Aurélio* temos a relação no item 3 entre “destruição, transformação da ordem política, social e econômica estabelecida” com “revolução” (“estabelecida; revolução”).

Como temos afirmado em nossos trabalhos (Orlandi, 1999b), a pontuação marca os momentos em que, ao se subjetivar, o sujeito pratica a política do dizer: exclui, liga, inclui, apaga, acentua etc. Tudo isso, na maior parte das vezes, não consciente e intencionalmente, mas premido pela necessidade de, ao textualizar uma discursividade – isto é, colocá-la em uma dimensão bidimensional e achatada, linear –, produzir formulações que são efeitos de memória, afetados pelo esquecimento, pela ideologia. O sujeito não tem acesso ao modo como os sentidos se

constituem nele. Ele se filia a sentidos, ele se reconhece neles. E é assim que, ao textualizar uma discursividade, ele produz gestos de interpretação. No caso do dicionário, e dos verbetes que estamos analisando, esses efeitos de memória podem ser apreendidos nas vírgulas, mas também nos exemplos.

Interessa-nos aqui a pontuação. Além do [;], podemos pensar a [.,]. O que da memória do usuário está acionando o sujeito-autor do dicionário quando, como em *Aurélio*, no verbete “terrorista”, temos: “1. Relativo ao, ou que tem o caráter de terrorismo: *métodos terroristas*”. O que faz significar essa relação formulada pelos dois pontos [:]? E se observarmos o itálico para “*métodos terroristas*”, o quê da memória, enquanto esta é vista como alteridade (o Outro constitutivo), está aí indicado?

Não temos espaço e nem nos cabe, aqui, estender mais esses comentários analíticos, sob a pena de incorreremos no desejo da completude, na onipotência do método. Desejo do analista, que o impulsiona, sem dúvida, mas que não deve iludi-lo.

Considerações conclusivas

Penso ter trazido para a reflexão alguns elementos discursivos que podem sugerir pesquisas, ou tomadas de posição metodológicas ante a prática que têm os dicionários como alvo e também ante a tradição de reflexão sobre os instrumentos linguísticos e sua história.

Neste estudo, queremos, para finalizar, acentuar o fato de que as palavras não são neutras, que a linguagem não é facilmente domesticável e de que, além de não termos controle sobre os sentidos, eles nos afetam e se representam de muitas maneiras, sendo a dicionarização um lugar importante em que isso se dá. Ou seja, lugar em que a trama da linguagem se impõe aos sujeitos de uma língua nacional, sempre afetados pela dispersão real e pela unidade imaginária, tanto do sujeito e da língua como do Estado. Assim, compreender o dicionário em seu funcionamento é compreender um pouco como a linguagem funciona em nós e como são praticadas as políticas da língua. E aqui penso diretamente na língua nacional.

A pergunta que deixo é: como ler o dicionário hoje? O que podem trazer suas contribuições para o como se elaborar um dicionário, pensando-se discursivamente? Nesse caso, deve-se pensar um dicionário que, em vez de iludir-se (e a nós) com sua completude, ao contrário, as-

sumisse a incompletude necessária assim como a diferença, a alteridade constitutiva e tivesse uma forma material (lingüístico-histórica) que levasse os seus usuários a trabalharem com ela em seu funcionamento, mobilizando suas memórias. O ponto fundamental para o dicionário, como para a gramática, a meu ver, é trabalhar tendo em vista não a *função* do dicionário, mas seu *funcionamento* na relação do sujeito com a língua, incluindo-se aí não só a relação com as condições de produção imediatas, mas com a memória. Ou seja, vê-lo como um discurso.

Isso, em termos mais teóricos e gerais. Em termos particulares e quase pessoais, não posso deixar de fazer uma consideração sobre a questão da discursividade de Maio/68 e os efeitos de dicionário em que isso se apresenta.

Se muitos outros eram os sentidos gestados nessa história que desemboca no acontecimento de Maio/68 – acontecimento que, como disse, tem na palavra “liberdade” seu carro-chefe –, no entanto os sentidos, como se pode ver, não estão nunca soltos, desligados e circulando livremente. Os sentidos da falta de liberdades concretas, de significados em um lugar, significados em outro, por outra formação discursiva que a substitui e que deixa sentidos disponíveis para o neoliberalismo, a globalização, o individualismo empresarial etc., ganham a frente da cena e se instalam. E é com esses sentidos que, expandindo-se para o passado e de-significando o que havia para significar, devo olhar meus amigos da época, como o Zé Roberto, colega desde o colegial no Instituto de Educação Dr. Álvaro Guião em São Carlos, continuando a lida do saber, da crítica e da política da USP em Maio/68, com seus enormes olhos abertos e generosos, em seu corpo frágil, miúdo, metralhado como perigoso terrorista. Com essa etiqueta destituiu-se o sujeito de sua coragem política. É só olhar no dicionário para ver o que “isso” significa. Os sentidos estão lá, dizem, com todas as letras. Pois no caso da análise de discurso, é preciso mais para se representar a memória. Porque ela é, por natureza, irrepresentável e estruturada pelos esquecimentos. Não há acesso direto a ela. É preciso criar novas maneiras de ler, é preciso confrontarmo-nos aos arquivos, ao discurso documental, é preciso fazer frente às coisas, a saber, do mundo (asséptico) do semanticamente normal. É preciso atravessar a vontade pragmática do sujeito para “ouvir”, nessas palavras, outras palavras, colocando o dito em relação ao não-dito, o dito aqui com o que se diz em outro lugar, como diz Pêcheux (1981), para compreender que os sentidos estão inexoravelmente postos em gestos de interpretação (Orlandi, 1996b). E o dicionário é um *lugar-textual* em que, na relação da língua (nacional) com o Estado e com a ciên-

cia, se administram os gestos de interpretação. Não sendo por acaso que esse lugar-textual funcione, precipuamente, em um *lugar-social*, uma instituição, fundamental na prática das políticas da língua: a escola.

ORLANDI, E. P. Discursive lexicography. *Alfa (São Paulo)*, v.44, p.97-114, 2000.

- *ABSTRACT: By taking into account the dictionary as discourse, we work in the domain of "discursive lexicography" by concentrating our attention on intertextual and interdiscursive (memory) relationships. Our interest is to analyse the production of "wholeness" effect. We consider dictionary functioning by relating subject/language and history. Our purpose is to understand how dictionary is concerned upon the national language with its effects on language politics.*
- *KEYWORDS: Discursive lexicography; intertext; interdiscourse; dictionary; school.*

Referências bibliográficas

- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramaticalização*. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.
- AUROUX, S., ORLANDI, E., MAZIÈRE, F. (Org.) *L'hyperlangue brésilienne. Languages*, v.130, s.d.
- COURTINE, J. J. *La Toque de Clementis*, 1982. (Xerox).
- FERREIRA, A. B. de H. *Novo dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1974.
- FREIRE, L. *Grande e novíssimo dicionário de língua portuguesa*. 3.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1957. v.I.
- MACEDO SOARES, A. J. de. *Dicionário brasileiro da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: s.n., 1888.
- MICHAELIS. *Novo dicionário de língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1998.
- NUNES, J. H. *Discurso e instrumentos lingüísticos no Brasil: dos relatos de viajantes aos primeiros dicionários*. Campinas, 1996. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.
- ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

- ORLANDI, E. P. *Ética e significação*. Campinas: Anpoll, 1996a. (Mesa-redonda).
- _____. *Interpretação*. Petrópolis: Vozes, 1996b.
- _____. Os silêncios da memória. In: _____. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999a.
- _____. Point c'est tout: interdiscours, mémoire, incomplétude. *Atas do Encontro sobre Acréscimo*. Paris: Universidade de Paris III, 1999b.
- PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: *Gestos de leitura*. Campinas: Ed. Unicamp, 1981.